



## *RESENHA*

Wellington Soares da Costa<sup>1</sup>

CAMPEAN, Frederico Antônio Pereira. **O discurso bolsonarista e a desconstrução do Brasil**. 2019. 231 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 06 jan. 2023.

### **Introdução**

Trata-se de análise do discurso proferido por Jair Bolsonaro até o primeiro semestre do seu Governo (a tese não está delimitada com outra perspectiva).

Devido ao fato de não atuar na área de linguística, o resenhista decide realçar determinadas explicações do autor sobre análise de discurso, a fim de que os demais leitores com escasso conhecimento nessa área compreendam melhor o foco da pesquisa.

Informa-se que, nesta resenha, a citação de páginas considera o registro no canto superior direito da tese. Tal registro não corresponde necessariamente ao mostrado no localizador de páginas do programa Adobe, haja vista existir um lapso quanto à numeração no decorrer do trabalho (por exemplo, há duas páginas 130, que são 126 e 128 no Adobe, bem como duas páginas 131, correspondentes a 127 e 129 nesse programa).

**Resumo** (p. 7). A partir da fundamentação teórica em Michel Pêcheux e Eni Orlandi, analisa-se o discurso de Jair Bolsonaro desde o seu surgimento até o primeiro semestre do seu Governo, com propósito de se constatar se há natureza fascista ou tendência ao fascismo nesse discurso.

---

<sup>1</sup> Pós-graduado em Direito Constitucional e Direito Administrativo. Servidor Público do Instituto Nacional do Seguro Social. E-mail: wsc333@gmail.com



**Apresentação** (p. 10-13). Explicação dos objetivos da tese.

**1 – Considerações iniciais** (p. 14-21). Exposição dos capítulos que formam a tese.

**2 – Breves anotações sobre o constitucionalismo brasileiro** (p. 22-27). Alusão às Constituições brasileiras.

**3 – A historicidade recente da república brasileira** (p. 30-59).

Houve democracia verdadeira (possível) no Brasil? Ou democracia material (efetiva) no sentido de governo do povo para o povo? Esse questionamento inicia o capítulo, que também alude sucintamente ao passado escravagista e cita o racismo.

Para o autor, democratização é o “processo por meio do qual tenta se vencer a fase da mera democracia formal para atingir a democracia material, entendendo esta como a distribuição igualitária de possibilidades. Mais uma vez realçamos que afastamos a ideia pura e simples da distribuição de renda” (p. 39), ao passo que a palavra redemocratização “possui discursivamente um tom polissêmico e foi criada por participantes e simpatizantes da ditadura. Redemocratizar produz um funcionamento de sentidos que quer dar ao público a ideia de que voluntariamente se faz uma democratização, o prefixo ‘re’ confere à palavra a falsa ideia de que após um longo período ditatorial, os donos do poder, [...] resolveram reativar a democracia no Brasil. Nada mais falso. Inúmeras injunções internas e externas conduziam a esta necessidade, inclusive interesses de plenipotenciários que queriam se livrar da desgastada pecha militarista para consumir seus desejos de poder” (p. 33).

O capítulo refere-se aos eventos: Golpe Militar de 1964, processo político-social de “redemocratização”, eleições gerais diretas de 1982 que não incluíram a eleição para Presidente da República, eleição indireta de Tancredo Neves em 1985, Governo José Sarney, Assembleia Nacional Constituinte mais formal do que materialmente democrática, promulgação da Constituição de 1988, eleição de Fernando Collor, Governo Itamar Franco, Governo Fernando Henrique Cardoso, eleições de Lula em 2002 e 2006, eleições de Dilma Rousseff em 2010 e 2014, Governo federal petista, ascensão e desvirtuamento do MPL – Movimento Passe Livre, operação Lava Jato, impeachment de Dilma Rousseff, Governo Temer, eleição de Bolsonaro em 2018.



**4 – O campo analítico específico I – A formação discursiva do ur-fascismo brasileiro** (p. 60-149). O capítulo está dividido em três partes.

**4.1 – Uma breve introdução** (p. 60-70).

Dentre os regimes totalitários, aquele que se adapta mais a diferentes condições culturais é o fascismo, senão o único, segundo Umberto Eco, que se refere ao ur-fascismo ou fascismo eterno e apresenta 14 características desse regime: culto da tradição (ânsia de se retomar o passado), tradicionalismo (não aceitação da modernidade), irracionalismo (culto da ação sem reflexão e suspeição tanto da cultura quanto do ambiente intelectual), desacordo é traição (impossibilidade da crítica), desacordo é banido (tentativa de se monopolizar a verdade), aproveitamento de frustrações individuais ou sociais (cooptação consequente da classe média ressentida), arregimentação de quem é privado de identidade social (ideia de pertencimento e nacionalismo populista), dever de sentir-se humilhado com a riqueza ostensiva e a força do inimigo (esse inimigo é criado, inventado, sempre com polissemia), não se luta pela vida mas se vive para a luta (guerra permanente contra o inimigo), elitismo com hierarquia militarizada, formação de mitologia sobre o herói (esse herói constitui o ideal a ser alcançado por todos), machismo e seus desdobramentos, populismo com característica qualitativa (ideia de realização dos anseios populares por seu líder e não pelo Parlamento) e neolíngua (pobreza lexical e de sintaxe; cita-se George Orwell e seu livro 1984).

O grau de adaptabilidade do fascismo permite o seu contínuo ressurgimento, mesmo sem todos os elementos característicos ou com algumas novidades, e ainda que não seja imediatamente reconhecido.

Assim, a realidade brasileira é comentada.

A citada caracterização dos fascismos (no plural mesmo) ocorre sem a análise de discurso do pensamento de Umberto Eco, que não constitui o guia na tese, conforme salientado no final do subitem.

**4.2 – Referenciação e apontamentos sobre a análise e a figura do “ideólogo”. Um preâmbulo analítico** (p. 71-87).

Inicia-se a tese monográfica, preferida à tese panorâmica, ambas referidas por Umberto Eco, de conformidade à observação do autor.



O ideólogo mencionado é o escritor Olavo de Carvalho, ideólogo do ur-fascismo brasileiro e cujo livro “O jardim das aflições [...]” é analisado na tese com metodologia qualitativa, sempre com citações exemplificativas, porém todas contextualizadas nessa obra “filosófica”.

Registra-se que o referido livro contém artifícios próprios da linguística e serve plenamente à construção da neolíngua (referida no subitem 4.1), tanto que Olavo de Carvalho é denominado pelo doutorando como “ilusionista da linguagem”.

O conjunto de obras do escritor é simplesmente desconstrutivo das ideologias de esquerda, não construtivo das ideologias de direita e sem fundamento teórico algum, além de conter “mutilações” da linguagem chamadas pelo pesquisador de “língua de esponja”: absorvem-se ideias desconexas entre si e criam-se frases sem sentido.

### **4.3 – O discurso bolsonarista e a ascensão ao poder (p. 87-149).**

Analisa-se o discurso desde o surgimento mais próximo a Bolsonaro (Golpe Militar de 1964) até o período imediatamente anterior à posse como Presidente da República (1º de janeiro de 2019). O capítulo 5 alude ao discurso a contar da posse.

Merece destaque a seguinte passagem: “Como última e necessária explicação, devo advertir que esta análise, feita ainda no calor do discurso, em formações que mais que recentes são quase concomitantes ao trabalho foi uma escolha difícil. Refleti bastante sobre sua viabilidade, chegando ao final à conclusão de que ela seria válida, e estaria dentro das exigências científicas. Com o passar dos anos muitos escreverão mais e melhor sobre este objeto, mas seu exercício hoje não é exequível e responsável. Sua precocidade é uma das razões que me levaram a escrever tantas páginas do que chamei de “primeira fase da tese”, com menos análises e conteúdo informativo e posicional, assim, ao menos pensei, colocaria o leitor em contato com a materialidade histórica que conduziu às presentes análises” (p. 88).

Comenta-se o livro predileto de Bolsonaro, que é o discurso fundador do discurso bolsonarista: “A verdade sufocada [...]”, do coronel reformado Carlos Alberto Brillante Ustra, obra que defende o Golpe Militar de 1964, não apresenta fontes documentais dessa defesa, não contém fundamento científico e há de ser considerado, portanto, “não como livro de História, mas sim do gênero memorialístico e de opinião, pois além de suas lembranças na participação do regime militar, Ustra tece opiniões pessoais sobre vários temas” (p. 89).



Há breve comentário sobre a Teoria da Leitura, especificamente os níveis gerais de leitura, que não são próprios da Análise de Discurso (leitura geral, estudo e reflexão).

Aborda-se novamente o livro “A verdade sufocada [...]”, mediante análise pormenorizada de onze recortes.

A seguir são comentados dezessete pontos que caracterizam essa obra de Ustra, cujo discurso é denominado Discurso-64 pelo pesquisador. Esses pontos “não são uma síntese, pois também não é a Análise de Discurso Pêcheux-Orlandiana de natureza sintética, ao contrário, como expresso em seu próprio nome ‘analítica’, mas os pontos são referências às formações discursivas mais importantes, e que serão utilizadas a partir de agora, quando analisaremos o discurso da era Bolsonaro, que denominamos ‘discurso bolsonarista’. Cabe aqui, antes de prosseguir mencioná-los novamente, e lembrar que o rol, não é exaustivo, mas exemplificativo e busca alcançar alguns dos mais recorrentes efeitos de sentido. Os referidos efeitos de sentido são justamente o que caracteriza a formação discursiva bolsonarista” (p. 120).

Os dezessete pontos são: negação da tortura, desmoralização da esquerda engajada, discurso do medo, discurso da polarização, discurso da depreciação, discurso do bem contra o mal, infalibilidade do Exército, supremacia do Exército sobre as demais Forças Armadas, capacidade do militarismo para interpretar a vontade popular, rebaixamento lexicográfico, amplificação dos sentidos de terrorista (o grande inimigo), demonização dos intelectuais e professores, criação da verdade incontestável, justificações aceitáveis para quaisquer práticas contra o inimigo comum, inaceitabilidade do novo e culto ao passado, necessidade do esquecimento dos crimes passados, proposição de revanchismo e rancor da esquerda.

Observa-se que houve um equívoco na formatação do trabalho, uma vez que não aparece a nota de rodapé nº 81 (nem antes, nem depois da p. 122).

Há o esclarecimento, muito útil por sinal para quem não é profissional da área de linguística, no sentido de que “No nível da Análise do Discurso não trabalhamos (ao menos diretamente) com as ideias e seus desdobramentos e elucubrações, mas sim com os efeitos de sentido; significações, e trabalhos simbólicos da língua. Há um rompimento com as escalas ditas tradicionais cristalizadas no pensamento ocidental, muito presentes nas humanidades, segundo o qual a produção intelectual só pode estar centrada em pilares básicos do pré-construído, e que, dentre outros aspectos, estão sustentados por paradigmas como a lógica; a



ordem; os sistemas absolutizantes, e a verdade. Caso ingressemos por esse caminho não faríamos Análise de Discurso, nosso objetivo, e também objeto estariam perdidos” (p. 122).

Acrescenta-se mais um trecho: “A língua é o lugar do não-esclarecimento, ela se oculta, dissimula e produz sentidos outros, por essa razão, a Análise de Discurso de Pêcheux e Orlandi, permite que perfuremos a camada conteudista da textualização para atingirmos os seus efeitos polissêmicos, nos quais um dizer pode ser outro. Ou como na clássica frase de Orlandi ‘Compreender é saber que o sentido pode ser outro.’” (p. 144).

Dentre as constatações do autor, mencionam-se:

- “A textualidade discursiva do lema da campanha de Bolsonaro dialoga por um lado com o discurso hitlerista, por outro produz sentidos a partir de uma simbologia de índole teocrática absolutista (TA)” (p. 131);

- “Desde seu tempo como parlamentar, Jair Bolsonaro foi responsável por uma ampla discursividade que produziu como efeitos de sentidos: a defesa da tortura; a aversão aos Direitos Humanos; contrariedade ao Estado laico; posicionamento contra as minorias; desprezo e violência simbólica contra as mulheres; racismo, e forte homofobia, dentre outros” (p. 130);

- “Do ponto de vista discursivo, é lícito dizer que Bolsonaro ganhou a eleição com base em duas formações discursivas. A primeira, cujos recortes analisamos era calcada no ódio, no preconceito, no apelo às formulações de extrema direita, que seduziram uma multidão de eleitores, muitos adeptos da direita, a maioria, levada pela revolta e anomia vivida pelo país, que direcionava não a um ‘voto cacareco’, mas um voto que colocasse para fora sua indignação e ressentimento. São nestes momentos que o populismo extremista ganha força e chega ao poder” (p. 147-148). E mais: “A segunda foi a formação discursiva do silêncio. Ao não se manifestar sobre a sua futura governança, Bolsonaro represou seu discurso sobre o país. Com isso, enquanto outros candidatos iam se batendo e expondo, ele ficava preservado em uma bolha de silêncio. E assim não colocava em risco o capital eleitoral que havia conquistado no imaginário popular. Sua figura de ‘Mito’ restava intocada, e assim, com comodidade garantida a sua eleição” (p. 148).

## **5 – Campo analítico específico II – O discurso bolsonarista no poder (p. 150-199).**

O capítulo está dividido em três partes.



## 5.1 – Aspectos preambulares (p. 150-156).

Analisa-se o discurso proferido por Bolsonaro nos primeiros meses do mandato como Presidente da República.

No discurso anterior de Bolsonaro, abordado no capítulo 4, percebe-se facilmente a inexistência de agenda governamental propriamente dita. Daí o autor falar que houve discurso “de fuga” (p. 150).

Por sua vez, a contar da posse no dia 1º de janeiro de 2019, o discurso há de ser analisado com o seguinte alerta: “O discurso como ente linguístico, e assim observado como fenômeno, continua sendo individual, de quem o produziu, mas passa a ser, necessariamente, analisado sob o prisma da produção de sentidos a partir do governo, deixa de ser do ministro, do secretário, do auxiliar, ou dos parlamentares que dão base de sustentação ao governo, e passa a ser jurídica e oficialmente o ‘discurso do Governo Bolsonaro’, isto é, do bolsonarismo” (p. 150-151).

O autor não segue a linha temporal. Então, inicia-se o tema com a notícia constante no site <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/27/ministro-do-gsi-lamenta-falta-de-sorter-por-sargento-ser-preser-com-cocaina-justamente-na-hora-de-evento-mundial.ghtml> e que constitui um discurso do governo bolsonarista.

## 5.2 – A posse e seu discurso (p. 156-167).

Desde a posse ocorrida em 1º de janeiro de 2019, continua-se o discurso verificado na campanha eleitoral e agora amplificado com a posição de sujeito-presidente.

O discurso de posse como Presidente da República é analisado através de oito recortes.

## 5.3 – Discurso e atos de governo (p. 167-171).

Eis o discurso de Bolsonaro, que se materializa com atos governamentais: “A análise do discurso neoliberal aponta para uma produção de sentidos de valores voltados para as elites, mas ninguém se elege com o voto de cerca de 1% da população. Dessa maneira, o discurso de Bolsonaro, como analisado, é voltado para todos. Para os mais pobres v.g. fala o líder religioso, com um apelo ao Deus cristão, mais especificamente evangélico, para as classes médias intermediárias o discurso produz sentidos na área da segurança, no combate a ‘bandidagem’, na qual bandidagem, por pontos de deriva são, justamente, os mais pobres, é o



discurso do armamentismo civil, da ‘polícia que precisa matar mais’, aqui fala o líder militar. Para os estratos superiores da classe média o discurso já é direcionado para o ideário neoliberal de menos tributação, menores alíquotas, que possam dar mais conforto a esse escalão da sociedade. Aqui o lugar de fala é o do sujeito-neoliberal” (p. 169-170).

### **5.3.1 – O discurso do preconceito e da “negação do outro” (p. 171-174).**

O autor discorre sobre o discurso de Damares Alves, Ministra do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Talvez a fala mais conhecida desse discurso seja “menino veste azul e menina veste rosa” (p. 172). Afinal, vive-se a “bolsonormatividade” (p. 174).

### **5.3.2 – O discurso neoliberal em práticas político-econômicas (p. 174-180).**

Esse discurso integra o governo bolsonarista e o seu sujeito é o economista neoliberal. Há diversos exemplos na tese.

### **5.3.3 – O discurso de direita em face do pensamento, das liberdades públicas e dos direitos civis e humanos no Governo Bolsonaro – O caricato e o perigoso (p. 180-193).**

Explica-se: “O subtítulo dessa seção ‘o caricato e o perigoso’, está baseado no fato de que muitas das posições a partir da posição sujeito-governo (não só de Bolsonaro, mas da equipe por ele comandada) são caricaturais e até risíveis, mas que escondem em sua essência um grande risco às Liberdades Públicas. O ridículo e o patético acabam por esconder a carga ameaçadora contida nas mensagens e atos. O que abre espaço para o perigo extremo, pois aquilo que deveria ser levado a sério, como um grande problema é esquecido pelos efeitos de sentido, muitas vezes anedótico, que são os mais visíveis” (p. 180).

Uma das afirmações importantes: “A apropriação de símbolos é uma característica do Ur-fascismo” (p. 188).

### **5.3.4 – O Brasil de Bolsonaro por meio de seu Exército homenageia um oficial nazista e o desfile político do líder em um estádio de futebol (p. 193-199).**

Dois fatos ilustrativos do ur-fascismo bolsonarista são consignados:



- no dia 01 de julho de 2019, o Exército brasileiro homenageia no seu site o oficial nazista Major Eduard Ernest Thilo Otto Maximilian von Westernhagen;

- no dia 02 de julho de 2019, o Presidente Bolsonaro realiza volta olímpica no Mineirão, estádio de futebol em Belo Horizonte, durante a semifinal da Copa América de Futebol, jogo do Brasil contra Argentina.

## **6 – O discurso bolsonarista e a constituição brasileira (p. 200-220).**

O discurso bolsonarista e a Constituição Brasileira de 1988 são analisados conjuntamente.

Não se trata de análise jurídica, porém análise de discurso. Nessa última, considera-se a ideologia presente na textualidade, “Compreendendo sempre a ideologia, no âmbito discursivo, como imaginário que liga o sujeito às suas condições de existência” (p. 209).

Como esclarecido, “Na interpretação textual conteudista pegaríamos o que é estatuído pela Constituição e ‘mostraríamos’ como isso é tratado por Bolsonaro. A partir deste momento formaríamos opiniões” (p. 206), mas essa não é a análise de discurso.

Na análise de discurso, “a língua não é considerada nela mesma, pois não faria sentido. Estaríamos aí realizando uma ‘interpretação conteudista’, característica das humanidades em geral, que se sustentam com base no ‘dizer, ou dito em si’, em nossa ciência a palavra para fazer sentido liga-se à exterioridade, é aí que encontramos o discurso. Ao analisarmos comparativamente o discurso constitucional e o discurso bolsonarista devemos compreender, não só aqui, mais em todo o trabalho e, especialmente neste capítulo, que as formações discursivas são reflexo das formações ideológicas” (p. 211).

Registram-se paralelamente os recortes constitucionais exemplificativos (citação literal do texto) e o resumo dos respectivos recortes bolsonaristas obtidos nos capítulos 4 e 5.

Verifica-se o “choque de formações discursivas” (p. 204) entre o Título I da Constituição e o discurso bolsonarista. “A significação do discurso constitucional a partir das relações com a exterioridade; a memória e a historicidade, que são o seu sentido, ganham nos sentidos produzidos pelo discurso bolsonarista efeitos totalmente contrários, inclusive tendentes ao apagamento constitucional” (p. 212).

Por exemplo, a dignidade da pessoa humana (um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, inciso III do art. 1º) é rebaixada no discurso bolsonarista “por



diminuição; processos discursivos de esquecimento; apagamento, e outras práticas significadas pela língua, como as proposições de extermínio por práticas policiais” (p. 209).

Os demais dispositivos do Título I da Constituição, selecionados como recortes, são comentados comparativamente ao discurso bolsonarista.

O autor inclui também outros trechos da Constituição: os incisos I, III e XLII do art. 5º, o inciso II do art. 206 e o caput do art. 225.

### **Conclusão** (p. 221-227).

O discurso de Bolsonaro ou bolsonarista não surge somente com a pessoa física, pois o seu fundamento ideológico é antecedente e tem proximidade temporal maior com o Discurso-64 (denominação dada pelo doutorando ao livro “A verdade sufocada [...]”, de Ustra).

Segundo a análise de discurso procedida na tese, o livro citado é a base fundamental do discurso bolsonarista, esse discurso é formado por ideologia fascista, o ideólogo Olavo de Carvalho apresenta discurso totalitário não precisamente fascista e não afeta o discurso de Bolsonaro.

Enfim, o discurso bolsonarista é contrário aos dispositivos da Constituição de 1988 utilizados como recortes.

O autor ainda reconhece “a hipótese de um governo de natureza fascista realizar o seu desejo de poder por meio de um golpe” (p. 226).

O último parágrafo é marcante: “É claro que nesta conclusão colocamos em pauta os efeitos mais graves, danosos e perigosos, não se trata, nem poderia sê-lo uma afirmação, mas possibilidades reais que são assumidas por um país quando seu povo, votando de forma passional, escolhe para a presidência alguém que já na campanha dizia o que iria fazer” (p. 227).

### **Referências bibliográficas** (p. 228-231).

A interessantíssima tese apresenta relevância científica inquestionável, refere-se a um tema que integra os anais da história brasileira e gera estímulo para novas pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

Aquela hipótese referente a golpe, disposta na conclusão, continua a materializar-se pouco a pouco após a publicação da tese e, no dia 08 de janeiro de 2023, alcança o seu clímax



# MARUPIARA

REVISTA CIENTÍFICA DO CENTRO DE ESTUDOS  
SUPERIORES DE PARINTINS

por intermédio do terrorismo praticado na Praça dos Três Poderes em Brasília, quando radicais bolsonaristas depredam o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal.

Trabalho apresentado em 20/01/2023

Aprovado em 28/06/2023